CISION

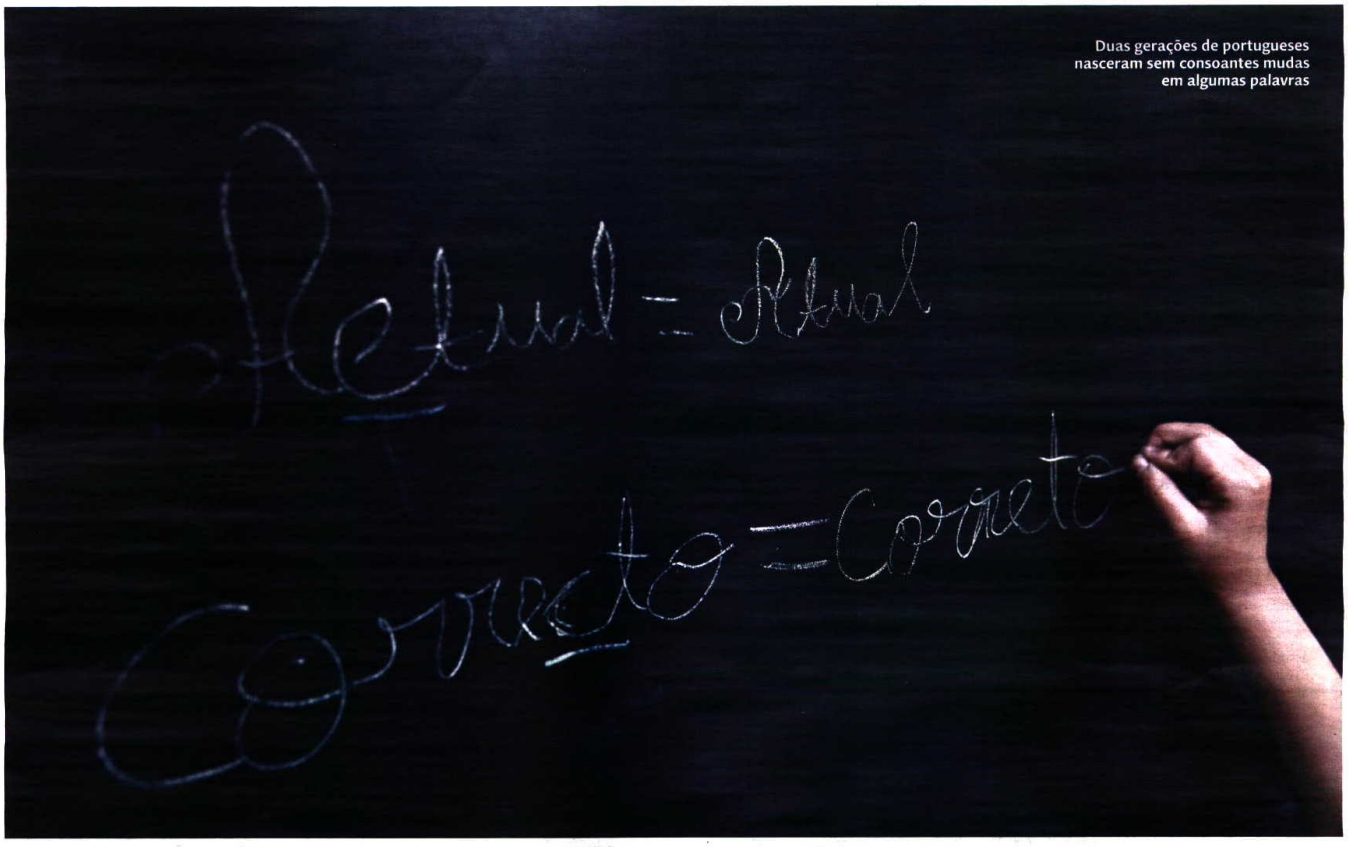
Expresso

ID: 58879460

18-04-2015

Tiragem: 99900
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 18
Cores: Cor
Área: 28,20 x 44,50 cm²
Corte: 1 de 2



Duas gerações de portugueses nasceram sem consoantes mudas em algumas palavras

Alguém para o Acordo? (sim, para é mesmo sem acento)

O prazo para a aplicação do **Acordo Ortográfico** acaba a 13 de maio e grafia antiga será considerada erro. Consenso só com um milagre

Textos **CHRISTIANA MARTINS**
Foto **JOSÉ CARLOS CARVALHO**

José Saramago aprendeu a escrever mãe com 'i'. Na sequência de uma reforma ortográfica, foi obrigado a escrever com 'e', mas dizia que "a mãe é sempre a mesma". Há um quarto de século que Portugal se debate com o último Acordo Ortográfico. Até agora foi possível encontrar situações de exceção, mas a partir de 13 de maio, com o fim do período de transição, não há escapatória — as regras são mesmo para cumprir.

A história sobre o Prémio Nobel português é contada por Carlos Reis, professor da Universidade de Coimbra e um defensor do tratado. Considerado um dos maiores especialistas em Eça de Queirós, explica que, se fosse vivo, este autor "não teria uma posição arcaizante", até porque "a questão ortográfica, com ou sem acordo, é secundária".

Durante os últimos 25 anos, duas gerações nasceram sem o 'p' e o 'c' mudos em 'deceção' ou em 'ato'. Sem acentos agudos no verbo 'parar'. Sem hífen em 'cor de laranja' e com hífen em 'cor-de-rosa'. Daqui a um mês, milhares de crianças do 4º ano de escolaridade terão de escrever no exame nacional de língua portuguesa segundo as regras do Acordo Ortográfico de 1990 (AO 90). A data crítica, contudo, é 17 de junho, quando os alunos do 12º ano forem avaliados. Alfabetizados no período pré-acordo (só começaram a aplicá-lo no 7º), lutam por cada décima que puderem e ainda se veem confrontados com dúvidas sobre o AO 90. Como uma pedra no meio do caminho.

Professores discordantes do acordo reivindicam a suspensão imediata do documento e pedem que os alunos não sejam penalizados pela não utilização das regras previstas. Alertam para o ambiente de confusão generalizada e para os riscos de correção por diferentes critérios, segundo a opção do docente. Confrontado pelo Expresso, o Ministério da Educação e da Ciência (MEC) diz que o acordo é para aplicar, sem dúvidas ou hesitações. "Não é intenção do MEC suspender a aplicação das regras do acordo nas provas e exames de avaliação externa." "Os alunos aplicam regularmente o acordo nas escolas desde setembro de 2011" e, por isso, "não faria qualquer sentido alterar de novo as regras e voltar a utilizar o anterior AO, o que seria causador de grandes constrangimentos e perturbador de um momento de avaliação que se pretenda que decorra com normalidade".

A 17 de junho, os alunos do 12º ano vão lutar por cada décima que puderem para tentar entrar na faculdade que desejam. Os erros de Português podem ser decisivos

Ana Silva é professora de Português numa escola pública da Amadora. O primeiro confronto com o acordo aconteceu enquanto aluna de Letras. "Recordo-me dos debates entre Miguel Esteves Cardoso e Malaca Casteleiro — um dos pais do AO 90 — e as discussões sobre o desaparecimento do acento na palavra 'cágado'." Como docente, está preocupada e alerta para o que considera ser um dos principais problemas, a coexistência de três grafias: "A pré-AO-90, a do AO-90 e uma 'mista' em que se utilizam indistintamente as duas grafias anteriores." Conta que se vive "uma 'guerra religiosa' de caça às consoantes mudas, retiradas até de palavras de que não deveriam ser". Diante de tantos problemas, já pensou em parar de ensinar Português.

Queimar as regras

Aos 17 anos, Duarte Bénard da Costa, aluno do 11º ano da Escola Secundária de Camões, já pensou, com um grupo de amigos, em queimar o acordo. Desistiu. "Com as minhas notas, posso dar-me ao luxo de perder algumas décimas, mas não sei se seria de grande valia ser um mártir. Tenho pensado bastante nisso, mas não decidi como vou escrever nos exames." Confessa que, durante três anos, não se preocupou com o acordo, mas, agora, tendo em conta o comunicado do Instituto de Avaliação Educativa, percebeu que um aluno pode perder até quatro valores devido a erros ortográficos, embora saiba que, "em termos médios, a probabilidade de desvalorização devido ao uso da antiga grafia é de 0,6 pontos em 200".

A percentagem de palavras alteradas pelo acordo é de 1,56%, tendo como referência as 200 mil entradas do Vocabulário Ortográfico do Português. Ainda assim, o docente de Direito, Ivo Barroso, é um dos mais convictos opositores. Em 2011, apresentou uma ação popular no Supremo Tribunal Administrativo visando suspender o AO 90 e invocando várias inconstitucionalidades, a começar pela violação do artigo 43º, "na medida em que o Estado não pode programar a cultura e a educação segundo quaisquer directrizes estéticas, políticas ou ideológicas". Reivindica que o prazo de transição deveria, pelo menos, ser estendido até 22 de setembro de 2016, justificando o adiamento com as datas das várias fases de aprovação e publicação do documento.

Há um mês, três deputados sociais-democratas dos Açores escreveram ao ministro da Educação, perguntando se o Governo "vai impor, centralística e autoritariamente, a aplicação do dito AO 90 nos exames a realizar na Região Autónoma". Mota Amaral, ex-chefe do Governo Regional, assume que continua e continuará a escrever como aprendeu, ou seja, pré-acordo. Também no CDS, um grupo de contestatários, entre os quais os deputados José Ribeiro e Castro e Michel Seufert, questionaram Nuno Crato, há uma semana, sobre a aplicação do acordo nos próximos exames. Sem resposta.

Carlos Reis, um dos principais especialistas em Eça de Queirós, garante que o autor não adotaria "uma posição arcaizante" em relação ao acordo

"A Faculdade de Letras de Lisboa é uma casa que preza a liberdade. Os órgãos da Faculdade ainda não reuniram para apreciar as implicações concretas da aplicação da lei. Independentemente do grau de aplicação, estou convicto de que não haverá um comportamento de controlo penalizador da dimensão ortográfica do uso da língua", afirma o diretor da instituição, Paulo Farmhouse Alberto. Foi nesta faculdade que, esta semana, mais de 350 pessoas reuniram-se para mostrar discordância. Professores, alunos, escritores, jornalistas esgrimiram argumentos e insatisfações. No fim, aprovaram uma moção pela suspensão do acordo e um referendo.

As duas maiores editoras em Portugal vão continuar a garantir aos escritores que assim desejem a possibilidade de escrever sem cumprir as novas normas. A Leya explica que desde 2011 publica "seguindo a nova grafia, excepção feita aos casos em que os autores pretendam manter a grafia anterior ao acordo (e nestes casos essa vontade aparece referida nos início dos seus livros)". A Porto Editora abre e continuará a abrir exceções, mas nunca nos livros escolares. E mesmo no gabinete do primeiro-ministro acontecem deslizes, embora Pedro Passos Coelho tenha dado instruções para que todos os documentos que dali saiam cumpram o AO 90.

O Acordo Ortográfico foi apresentado como um compromisso para a harmonização da língua portuguesa nos países lusófonos. Mas, no Brasil, o país com mais falantes de português, a polémica é ainda mais radical. Dilma Rousseff alargou o período de transição até janeiro do próximo ano e, entretanto, o professor Ernâni Pimentel foi nomeado coordenador de uma comissão que está a discutir o AO 90. Neste âmbito, foi apresentado um projeto para aproximar ao máximo a escrita da pronúncia, simplificando a ortografia. Se for aprovado, os brasileiros passarão a escrever 'xuva' em lugar de chuva, 'jente' em lugar de gente e 'omem' em lugar de homem. Uma 'ecatombe', na opinião do conceituado colunista da revista "Veja", Roberto de Pompeu Toledo.

camartins@expresso.impresa.pt

Nota: Este texto respeita a ortografia pré-acordo nas citações entre aspas das pessoas que contestam a sua aplicação.

CISION

Expresso

ID: 58879460

18-04-2015

Tiragem: 99900
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 19
Cores: Preto e Branco
Área: 28,20 x 44,50 cm²
Corte: 2 de 2

EXEMPLOS DE ALTERAÇÕES, CERTEZAS E DÚVIDAS

Palavras que mantêm o 'p' e o 'c' antes de outras consoantes
Perfeccionismo, convicção, facto, egípcio, opção, apto

Palavras que perdem o 'p' e o 'c' antes de outras consoantes
Assunção (era assumpção), perentório (era peremptório)

Palavras que ficam ao gosto do freguês
Sector ou setor, característica ou caraterística, acumpunctura ou acumpuntura, caracteres ou carateres

Acentos que desaparecem
Os acentos para distinguir palavras que se escrevem do mesmo modo mas têm pronúncias, significados e funções diferentes: parar, pelo, pera, polo. E também os acentos de troica, heroico, joia, boia e de creem, veem, leem, deem

Acentos que permanecem
Os acentos de pôde (pretérito perfeito do verbo poder para diferenciar do presente do indicativo) e pôr (o infinitivo para diferenciar da preposição)

Hífenes que desaparecem
Antirrevolucionário, ultrassecreto, extraescolar, autoestrada, agroindustrial, há de, paraquedas, mandachuva, fim de semana

Hífenes que permanecem
Anti-inflamatório, auto-observação, contra-almirante, micro-ondas, hiper-realista, inter-regional, super-homem, ex-deputado, pós-graduação, pré-escolar, vice-presidente, pan-helénico, Grã-Bretanha, feijão-verde, azul-escuro, conta-gotas

Atenção
norte (ponto cardeal), Norte (região) e N (abreviatura)

REDAÇÃO

PROJETO

EXCEPCIONAL

ADOÇÃO

EGITO

DATAS RELEVANTES DO (DES)ACORDO

1986
Realiza-se no Rio de Janeiro um encontro entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, com representantes dos demais países de língua oficial portuguesa, que resulta no "Memorando sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa"

1990
João Malaca Casteleiro, da Academia de Ciências de Lisboa, e Antônio Houaiss, filólogo brasileiro, apresentam o "Projecto de Ortografia Unificada", que constitui as bases do Acordo Ortográfico, documento assinado em dezembro deste ano. Em 1991 é aprovado pela Assembleia da República e ratificado pelo Presidente

2004
É aprovado em São Tomé e Príncipe um protocolo modificativo, determinando que já não seria necessária a ratificação do acordo por todos os países de língua oficial portuguesa. Para a entrada em vigor, bastaria a ratificação em três Estados. A aprovação na Assembleia acontece quatro anos mais tarde e entra em vigor seis anos após o depósito do documento como tratado internacional a 13 de maio de 2009. A publicação em "Diário da República" ocorre a 17 de setembro de 2010. Apesar de signatários, Angola e Moçambique são os únicos países que ainda não ratificaram o acordo

2011
É publicada em "Diário da República" a resolução do Conselho de Ministros de 9 de dezembro de 2010, antecipando a entrada em vigor do acordo na Administração Pública, no "Diário da República" e no sistema de ensino e tornando a decisão obrigatória nos exames nacionais do 6º ano desde 2014 e nos demais níveis a partir de 2015

ENTREVISTA

Carlos Reis

Professor no Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Coimbra e um dos maiores defensores do Acordo Ortográfico de 1990

P Como especialista em Eça de Queirós, não fica chocado ao ler um texto do autor com as regras do acordo?
R De forma alguma. Já não líamos os textos de Eça de Queirós como o autor os escreveu, o que nunca constituiu um problema.

P Pode o Governo determinar como falam as pessoas?
R Se assim não fosse, as gramáticas, dicionários ou prontuários ortográficos perderiam qualquer sentido. A sua existência, associada ao ensino regido por programas que o Estado aprova, confirma que a língua é um sistema comunicativo complexo que, sendo aberto a derrogações que vão sendo introduzidas pela prática corrente e pela criação literária, não passa sem regulação.

P O Acordo Ortográfico visa unificar a língua portuguesa?
R Não, traduz um propósito político de conferir ao idioma a unidade possível, esbatendo as diferenças ortográficas.

P Os portugueses foram engolidos pelos brasileiros?
R Não temos de falar como os brasileiros! O acordo é sobre ortografia.

P Porquê tantas reações negativas?
R Tornou-se uma questão passional. Sempre considerei a ortografia algo epidérmico, que interfere com a imagem da língua, mas não afeta a essência. Há 40 anos, Portugal mandava na língua. Mas, nestas quatro décadas, dois acontecimentos foram decisivos: a língua passou a ter valor económico e Portugal perdeu a propriedade. Já não somos proprietários, passámos a condóminos, somos nós e mais sete países. Muitas pessoas ainda resistem a esta ideia.

P Há professores de Português que se recusam a seguir as novas regras.
R Essas pessoas podem ter as opiniões que quiserem, mas têm de seguir o programa definido.

P O Acordo Ortográfico é o maior problema da língua portuguesa?
R Lamento dizê-lo, mas estamos a falar de um país que não teve, não tem e aparentemente não terá uma política de língua. Falta definir uma política articulada com o Brasil, país que tem outras formas de afirmação internacional que Portugal não tem, e estabelecer uma pedagogia não demagógica sobre o acordo. Os sucessivos governos nunca o abordaram de forma séria. O acordo foi tratado com total irresponsabilidade política.

P Os alunos serão prejudicados nos exames? É melhor recuar?
R Já sabiam há quatro anos que ia ser assim. Se não se prepararam foi por má-fé dos professores ou preguiça dos alunos. Recuar seria desastroso, acabando com o que resta de coesão no espaço da língua portuguesa. Afinal, o que foi mais grave para a lusofonia: o acordo ou a entrada da Guiné Equatorial na CPLP?